

MECANISMOS DE COOPERAÇÃO DAS CIDADES-BRICS E SEUS DESAFIOS URBANOS

BRICS CITIES COOPERATION MECHANISMS AND URBAN CHALLENGES

DOI: 10.29327/252935.12.2-9

Rafaela Mello Rodrigues de Sá¹

Instituto de Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil

Leandro Bernardes Borges²

Curso de Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia – Goiás – Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo mapear as iniciativas de cooperação em rede das Cidades-BRICS, entre 2008 e 2018, como estratégia de inserção internacional de megacidades e de orientação das transformações socioespaciais urbanas. Este estudo faz suscitar, portanto, o dilema da descentralização do poder do Estado, o qual traz a controvérsia de que aspectos importantes da política internacional assumem dimensões locais e internas, ao passo que, circunstâncias da política interna assumem cada vez mais dimensões internacionais. Desta maneira, o que é discorrido se pauta em relacionar as novas formas de atuação de cidades no sistema internacional com o fenômeno da globalização. Inicialmente, adota-se a abordagem de história urbana para se compreender a formação de Megacidades e cidades globais. Em seguida, dedica-se a investigar a formação de redes de cidades e suas sistemáticas de cooperação. Uma terceira seção aprofunda-se nos debates sobre as funções da cidade, tendo como enquadramento temático o agrupamento BRICS. E, por fim, centra-se na identificação de eventos e mecanismos de cooperação promovidos por cidades dos países que compõem os BRICS.

Palavras-chave: Cidades-BRICS. Globalização. Rede de Cidades.

Abstract: This article aims to identify the network cooperation initiatives of the BRICS-Cities, between 2008 and 2018, as a strategy for the international insertion of mega-cities and to guide urban socio-spatial transformations. This study, therefore, raises the dilemma of the decentralisation of state power, which raises the controversy that important aspects of international politics assume local and internal dimensions, while circumstances of domestic policy assume increasingly international dimensions. In this way, this discussion is based on relating the new forms of action of cities in the international system with the phenomenon of globalisation. Initially, the article adopts the urban history approach to understand the formation of global mega-cities and cities. Then, it investigates the formation of city networks and their cooperation systems. A third section discusses the functions of the city, as a thematic framework the BRICS grouping. Finally, it focuses on identifying events and cooperation mechanisms promoted by cities in the countries that make up the BRICS.

Key-words: BRICS Cities. Globalisation. Cities Network.

Recebido: 10/03/2021

Aprovado: 05/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/252935.12.2-9>

¹ rafaelamello12@live.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0581-8050>

² leandrouri@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4965-8287>

Introdução

O período pós-Guerra Fria foi marcado por profundas transformações no Sistema Internacional, entre elas, a consolidação de atores não estatais nas relações internacionais e a intensificação de ações exteriores de governos subnacionais. Neste sentido, este artigo busca investigar o processo de afirmação das Cidades-BRICS no cenário internacional, por meio da cooperação internacional e da formação de redes de cidades, à luz das relações internacionais e da reflexão sobre as funções das cidades.

Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se mapear os empenhos de cidades dos países que compõem o grupo BRICS, entre 2008 e 2018, com o intuito de compreender a forma com que a trajetória institucional estabelecida por mecanismos de cooperação em redes impactou as relações externas, as dinâmicas urbanas, as forças produtivas e as inserções político-culturais destas cidades. Sendo assim, a reflexão adiante deriva especialmente da seguinte indagação: em que medida as capacidades autônomas das Cidades-BRICS permitiram oficializar cooperações e construir agendas comuns para lidar com demandas financeiras em ambiente econômico intensamente interconexo e competitivo e, ao mesmo tempo, avançar nas políticas de enfrentamento às distorções sociais em seus espaços urbanos?

Acredita-se que atividades internacionais de diversos atores não estatais e não governamentais tendem a resultar em melhor aproveitamento da globalização para a sociedade. Também se parte da premissa de que o mundo passa por uma transição que o configura cada vez mais como um espaço urbano, em que mais de 60% da população mundial possivelmente viverá em cidades até 2030 e mais de 80% da riqueza mundial decorrerá destes locais (UN-Habitat, 2011). A partir dessa perspectiva, os efeitos da globalização são perceptíveis como elementos constitutivos das transformações urbanas modernas, ao mesmo tempo em que as cidades se tornaram atores-chave para a sustentação dos processos globais.

Para direcionar o enquadramento analítico e teórico da abordagem, os autores articularam as capacidades de interações internacionais de governos subnacionais com os debates que fundamentam o fenômeno da globalização e os conceitos de cidades globais e megacidades. Deste modo, utilizaram-se tanto da análise histórica e revisão bibliográfica, quanto de documentos, relatórios, indicadores internacionais e sítios governamentais, para entender como muitos centros urbanos dos BRICS se caracterizam atualmente megacidades, com atributos de cidades globais (Bocayuva, Velloso, 2012).

Neste contexto, o artigo está ordenado em quatro seções. A primeira delas elucida a participação das cidades globais e das megacidades como atores influentes nas dinâmicas internacionais, sob perspectivas de análise da história urbana. A segunda seção investiga o papel das cidades frente à intensificação dos movimentos globalizantes posteriores à década de 1990 e de como a atuação externa de governos subnacionais desafiam tanto o sistema westfaliano de soberania estatal quanto à relação controladora do estado sustentada por Bretton Woods, além de se dedicar também à compreensão das redes internacionais de cidades como fenômeno que cresce no mundo globalizado e se materializa em possíveis laços de cooperação.

Em seguida, o artigo caracteriza o agrupamento de países emergentes denominado BRICS, tanto pela representação do equilíbrio de poder que marca a ordem internacional do século XXI, como por reunir um número expressivo de megacidades e cidades globais. Nesta mesma seção, emergem as transformações socioespaciais urbanas a partir de três temáticas diretamente interligadas à própria função da cidade: a da atratividade de capital, a da mobilidade social e a função do direito à cidade. Por fim, expõe-se o mapeamento das iniciativas de cooperação entre as Cidades-BRICS no período de 2008 até 2018, buscando delinear os mecanismos, os temas e os desafios urbanos comuns às suas realidades.

1. Cidades Globais e Megacidades

A participação das cidades como atores influentes nas dinâmicas internacionais não é um fenômeno novo. Em diversos momentos da história, cidades desempenharam papéis centrais na política, na economia, no comércio e/ou na cultura. Antes mesmo da formação do Estado, alguns centros urbanos apresentavam proeminência na organização política mundial.

Neste espectro, três casos em que cidades apresentaram características de extroversão internacional podem ser destacados: cidades na Grécia Antiga, Roma-império e Veneza, durante o Renascimento Comercial e Urbano dos séculos XII e XIII. O caso da Grécia antiga ilustra claramente o contexto de engajamento internacional de cidades, ao entender a pólis grega como “pequeno estado soberano que compreende uma cidade e o campo ao redor” (Funari, 2018, p. 25). Além do espaço político e democrático destacado por Platão, em “A República” (2001), Tucídides, autor clássico e influente aos teóricos realistas das Relações Internacionais, também evidencia o papel das cidades gregas nas relações de poder em atmosferas estrangeiras à época (Sarfati, 2005).

Roma, enquanto capital de um império em expansão, concentrava diversas funções administrativas, econômicas, sociais e culturais, fatores que a projetava para além dos limites urbanos e territoriais de cidade. A cidade italiana de Veneza, por sua vez, se apresentou como exemplo paradig-

mático do Renascimento Comercial e Urbano, ao figurar o papel das cidades como eixo gravitacional e centralizador do comércio internacional (Franco Júnior, 2001, p. 129).

Harvey (2005, p. 165-166), em “A Produção Capitalista do Espaço”, traz uma abordagem ampla de momentos em que as cidades dispuseram de uma grande relevância. Ele descreve que

no desenvolvimento da civilização, discutiu-se muito a parte desempenhada pela formação da cidade, como o papel da cidade na Grécia e Roma clássicas. Na transição do feudalismo ao capitalismo, o significado das cidades é uma arena de permanente controvérsia, gerando, ao longo dos anos, uma literatura notável e esclarecedora. Diversas evidências também podem agora ser apresentadas para sustentar a importância da urbanização para o desenvolvimento político, cultural e industrial do século XIX, assim como para a expansão subsequente das relações sociais capitalistas aos países menos desenvolvidos.

Com base nesta pluralidade de funções que a cidade possui, Lefebvre (2002) busca apresentar uma tipologia das cidades em seu livro “Revolução Urbana”. Nesta direção, ele insere os três tipos de cidade ao longo da história: (a) a cidade política; (b) a cidade comercial; e (c) a cidade industrial.

A cidade política, de acordo com o autor (2002), p. 21-22), foi a primeira a ser estabelecida na análise evolutiva dos tipos de cidade. Essas cidades eram compostas por sacerdotes, guerreiros, príncipes, chefes militares, administradores e escribas e possuíam como função a relação de poder, buscando materiais para a guerra e a manutenção de poder por meio de trocas. Dessa forma, essas cidades cumpriam o objetivo de administrar e proteger as propriedades em troca do pagamento de tributos. As trocas comerciais não eram bem vistas na estrutura da cidade política, porque suscitavam a riqueza e poderiam ser uma ameaça ao espaço político livre.

Com o passar do tempo e a evolução do mercado, a cidade política não conseguiu resistir com estrutura própria, de forma que alterações econômicas e sociais resultassem no surgimento das cidades comerciais. Estas transformações podem ser percebidas pelo embate entre duas classes, quais sejam: os possuidores de territórios (cidade política) e os mercadores itinerantes. Estes últimos, em especial, propiciaram a emergência das cidades comerciais, utilizando as ruínas das cidades antigas romanas. Neste embate, a praça que servia de palco para debates políticos e sociais, tornou-se o mercado, acompanhado de símbolos, como a igreja e a prefeitura – símbolos institucionais do surgimento da burguesia. Desta forma, “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (Lefebvre, 2002, p. 22), modificando, assim, a função urbana.

O terceiro tipo de cidade, para Lefebvre, é a cidade industrial, a mais recente de todas. Ela é marcada pela aglomeração populacional, dada pela concentração de indústrias nos centros urbanos. Ela é formada no momento que “o crescimento da produção industrial se superpõe ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica” (Lefebvre, 2002, p. 26). É nesta etapa de transição que há a inflexão do agrário para o urbano, de modo que “a cidade não aparece mais, nem mesmo para si

mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês e o campo não é nada mais que a circunvizinhança da cidade” (Lefebvre, 2002, p. 23). Com base nesta classificação, é interessante perceber o avanço e as transformações do conceito e da função das cidades ao longo da história. A noção de urbano é modificada por diversos motivos econômicos, políticos, sociais ou culturais.

No século XIX, as cidades se tornaram engrenagem das economias nacionais a partir do processo de industrialização concentrado em áreas urbanas. Esta percepção pode ser ainda analisada pela relação espaço-tempo com o sistema econômico-produtivo. As ideias relacionadas ao fenômeno urbano ou à industrialização estão ligadas ao florescimento do capitalismo nestes espaços.

O papel das cidades no sistema internacional ganha, portanto, destaque com o processo de globalização, uma vez que elas recebem uma nova função: serem os pontos nodais da economia global. Um dos motivos para esse fenômeno, foi a concentração da população urbana em pequenos espaços ao redor do mundo, gerando, assim, o surgimento de cidades globais e megacidades. Para entender o surgimento e a participação desses atores no sistema internacional, é necessário compreender as características destes dois tipos de cidades, a partir de suas interações.

Sassen (1991) elucida, em seu livro *“The Global City”*, as condições que propiciaram o destaque das cidades na arena internacional, com a chamada nova geografia do poder. Ela percebe que as mudanças da economia global, advindas da globalização, produzem uma complexa dualidade: uma organização espacialmente dispersa, mas globalmente integrada da atividade econômica, criando nova estratégia para as grandes cidades. Ou seja, a globalização provoca uma concentração das atividades em estruturas-chave situadas nas cidades, de forma que quanto mais a economia se torna globalizada, maior é o nível de aglomeração de funções centrais em poucas cidades dispersas pelo mundo.

Este fenômeno permite a criação das cidades-globais, que podem ser conceituadas, não apenas como pontos nodais, mas também servem como lugares específicos de produção (Friedmann, 1986, *apud* Sassen, 1991, p. 4). Estes espaços se tornam “locais de produção de inovações financeiras e mercados centralizados para os produtos financeiros” (Sassen, 1991, p. 6). Dessa forma, há uma concentração no gerenciamento da produção de inovações financeiras nestes locais, possibilitando estas cidades a terem um papel fundamental na gestão e no controle de uma rede global de cidades, surgindo como centros líderes das transações internacionais, desempenhando papel estratégico na nova forma de acumulação baseada nas finanças pessoais na globalização da manufatura a partir da internacionalização da produção (Sassen, 1991).

De acordo com Veloso e Bocayuva (2012, p. 63), cidades globais são “pontos de sustentação intelectual do poder disciplinador que mantém a lógica e as dinâmicas de produção capitalista em

pé, tornando-se espaços concretos onde são elaboradas e concretizadas políticas que constroem e expandem a lógica do mercado liberal.”

Enquanto as cidades globais são centros de poder financeiro e produtivo, as megacidades se caracterizam pela concentração populacional em áreas urbanas aglomeradas. De acordo com Bugliarello (1999, p. 1), enquanto Nova York e Londres, ambas conceituadas por Sassen como cidades globais, estão passando por um período de crescimento populacional baixo, as megacidades, um fenômeno característico dos países em desenvolvimento, lidam com uma expressiva taxa de crescimento populacional. Além disso, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2018 - *Revision of World Urbanization Prospects* -, 55% da população mundial vive em áreas urbanas. Dentre estas áreas, há 33 centros urbanos que possuem uma população superior a 10 milhões de habitantes, característica esta que define uma megacidade (ONU, 2018).

Bugliarello (1999, p. 2) continua seu pensamento conceituando as megacidades a partir de três características específicas. A primeira delas é o efeito dos acontecimentos destas cidades perante o resto do mundo, já que a alta densidade populacional favorece a precarização da saúde pública e habilitação, podendo haver maiores riscos também de desastres naturais e impactos ecológicos, além de permitir maiores condições para o florescimento de mobilizações sociais. De acordo com o autor, estes fenômenos ocorridos nas megacidades afetam o mundo todo.

A segunda característica é percebida pelo papel das megacidades como instrumentos de desenvolvimento social e econômico para os países aos quais pertencem. Sendo assim, as megacidades se tornam instrumento de diversidade cultural, educacional e populacional, além de serem poderosos vetores de concentração econômica.

O terceiro enquadramento para as megacidades se refere à sua função de promover novas oportunidades de mercado, sendo este um dos principais motivos pelos quais estes espaços atraem populações de diversos lugares do mundo. Isso ocorre porque estas cidades oferecem condições para aqueles que buscam melhores empregos e um padrão de vida mais alto (Bugliarello, 1999, p. 3).

De acordo com Veloso e Bocayuva (2012), estes territórios são “aglomerados urbanos ávidos por investimentos, internos ou externos”, uma vez que há possibilidades de melhoria em diversas questões, desde infraestrutura à produção. Dessa forma, estas cidades possuem “grande potencialidade tanto para produzir, quanto para consumir, constituindo-se como oportunidades de negócios e investimentos. Nas megacidades, portanto, precariedades tornam-se sinônimos de oportunidades de investimentos” (Bocayuva, Veloso, 2012, p. 62).

Além disso, é possível estabelecer uma relação entre o florescimento das megacidades e a decorrência do processo de globalização, devido ao incentivo a movimentos migratórios em direção a centros urbanos. Desse modo, “megacidades são, portanto, grandes aglomerações urbanas impactadas frontalmente pela expansão das dinâmicas que sustentam a globalização” (Van Der Ploeg, Polhekke, 2008, *apud* Bocayuva, Veloso, 2012, p. 62).

2. Globalização e Cooperação entre Cidades em Rede

O fim da Guerra Fria e a consequente difusão dos efeitos da globalização provocaram mudanças significativas nas relações de poder entre os atores internacionais, tanto os tradicionais quanto aqueles em ascensão. A junção destas duas circunstâncias e as decorrentes transformações políticas, econômicas e sociais passaram a questionar e a desafiar continuamente o Estado como único ator relevante nas relações internacionais.

Essa tendência já era observada nos anos 1970 por autores como Keohane e Nye (1988), os quais propunham a existência de um novo fenômeno internacional caracterizado pela perda de importância relativa do Estado como ator central das relações internacionais. O processo de globalização, ainda que incipiente, teria resultado em um mundo de múltiplos atores e múltiplas agendas (Sato, 2000).

Segundo Sato (2000), é possível ressaltar três mudanças que caracterizam este momento de inflexão do contexto internacional. A primeira delas é percebida pelo ganho de importância pelos assuntos de *low politics* – economia, cultura e meio ambiente, entre outros – em detrimento das abordagens sobre Segurança e Estratégia, enquadrados nas *high politics*. A segunda mudança pode ser entendida pela ideia de que o mundo político-estratégico estava perdendo espaço para o comércio internacional, já que as sociedades buscavam a satisfação de suas necessidades por vias pacíficas. A terceira mudança, por sua vez, se baseia na ideia de que o Estado-Nação havia tornado-se grande demais para administrar aspectos particulares do território, encorajando governos subnacionais a assumir o controle de ações de desenvolvimento, mesmo que tivessem algum nível de relação com o meio externo.

A globalização traz em seu desenvolvimento a ideia de interdependência complexa, conceito definido por Keohane e Nye (1988) na tentativa de analisar o mundo em constantes transformações. Os autores apontam três características para conceituar a interdependência complexa. A primeira se caracteriza pelos múltiplos canais que conectam a sociedade, permitidos pelo avanço das tecnologias, as quais possibilitam trocas e comunicação por todo o mundo. Dessa forma, os autores classificam algumas relações características desta primeira condição, separando as relações interestatais

das relações transgovernamentais e transnacionais, que são, respectivamente, os nexos informais entre Estados, entre elites não-governamentais e organizações transnacionais.

Outra característica se refere à multiplicidade de temas na agenda internacional, ocasionando uma ausência de hierarquia dos assuntos ao retirar segurança militar de um lugar de dominação e superioridade. O aspecto da multiplicidade de temas, relacionado aos efeitos da globalização, é uma das causas para a ascensão de tópicos que antes não seriam discutidos em nível internacional, surgindo, assim, agendas oriundas de novas ameaças ou oportunidades.

A terceira característica diz que quanto maior a conexão entre os países, maior é a tendência de diminuição do emprego de forças militares contra Estados. Por isso, é possível perceber efeitos no âmbito material/prático, visto que assuntos de *high politics* acabam diminuindo sua relevância, de acordo com as condições citadas pelo conceito de interdependência complexa dos autores (Keohane & Nye, 1988, p. 41).

A partir da perspectiva da geografia, Santos (2002, p. 23) reflete sobre a globalização como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, sendo a primeira face da globalização visualizada pelas novas condições materiais trazidas pelos avanços na base de produção econômica, dos transportes e das comunicações e, a segunda, referente ao estabelecimento de novas relações sociais entre países, classes e pessoas.

Harvey e Cox também se inserem neste debate ao refletirem sobre o redimensionamento do Estado no sistema internacional pós Guerra Fria. Harvey (2005) relativiza a complexidade de conexões entre os diversos atores internacionais e o acelerado adensamento da globalização à expansão do neoliberalismo durante as décadas de 1980 e 1990. Para ele (2005, p. 3), o Estado, em diversas oportunidades, tem seu papel reduzido à função de criar e preservar uma estrutura institucional que assegure o funcionamento dos mercados e flexibilize a mobilidade de bens e capitais, estimulando a redução das barreiras à livre circulação, os custos de transporte e de comunicação oriundo dos avanços tecnológicos.

Cox (1992, p. 5), por sua vez, complementa a concepção trazida por Harvey ao analisar a transição da economia internacional para uma economia global, entendendo a primeira como um período em que o Estado possuía controle de sua economia nacional a partir da regulação sustentada pelo sistema de Bretton Woods e, a segunda, marcada pela redução da capacidade dos Estados à atribuição de ajustar a economia nacional às dinâmicas globais.

A reflexão apresentada até aqui, especialmente sobre globalização e interdependência complexa, abre espaços para abordagens que explicam as interações internacionais por níveis não exclusivamente estatais, como o de cidade. Neste sentido, as cidades, em especial as globais e as mega-

idades, se tornam atores relevantes no Sistema Internacional, contribuindo para o gerenciamento e o debate sobre a ordem internacional e uma nova geografia de poder.

Uma das possibilidades de análise deste fenômeno se dá por meio das Redes de Cidades, investigando de que forma esses arranjos entre unidades subnacionais buscam alternativas e engajamento com a esfera internacional. Essas redes “representam cidades interconectadas, independente da proximidade geográfica, por meio de encontros e dos sistemas de telecomunicações, que buscam atingir um objetivo comum” (Pinto, 2011, p. 132).

Para Castells e Borja (1996, p. 166), essa iniciativa permite às cidades “reforçar suas posições no continente e no mundo, tendo em conta a competição crescente entre territórios”. Além disso, os esforços em direção à cooperação entre as cidades da rede buscam a construção de soluções conjuntas para problemas comuns entre elas, com o principal objetivo de alcançar o desenvolvimento local. Dessa forma, as redes “representam um instrumento de inserção internacional das cidades, um mecanismo de cooperação entre cidades e um caminho de difusão e discussão de temas que as interessam” (Pinto, 2011, p. 133).

Para Taylor (2001, p. 182), essa rede, que liga e conecta os nós, é considerada uma rede social em escala mundial, uma vez que há relações sociais em âmbitos econômicos e também nas relações intermunicipais que operam para estruturar a economia mundial geograficamente. Essa dinâmica foi teorizada por Capello, a partir do Paradigma da Rede de Cidades. Ela (2000, p. 10) afirma que “através da participação na rede, as cidades exploram economias de escala em relacionamentos complementares e sinergias em atividades cooperativas”.

O principal objetivo das iniciativas de rede de cidades é a possibilidade de criar “soluções inovadoras em termos técnicos e organizacionais para a solução dos problemas enfrentados pelas cidades. Essa meta terá maior chance de ser atingida quanto maior for o esforço cooperativo entre as cidades com problemas semelhantes.” (Pinto, 2011, p. 122).

Conforme a análise de Curtis (2016, p. 2), essas redes “cresceram nos espaços e lacunas deixados por falhas de governança do Estado Nacional”. Entretanto, essas iniciativas não buscam desafiar a posição do Estado, em que a ascensão das cidades signifique o declínio dos Estados. O autor (2016, p. 2) destaca que a estratégia das redes de cidades deve ser observada como uma capacidade do Estado em adaptar sua forma de inserção no sistema internacional em mudança. Para ele (2016, p. 2), há duas transformações ocorrendo simultaneamente: a iteração histórica específica do Estado está sendo remontada em uma nova forma, ao mesmo tempo que uma nova forma historicamente distinta da cidade - a Cidade Global - tornou-se um componente crítico da estratégia de governança.

Dessa forma, as redes de cidades atingem um alcance global, aumentando a centralidade e o poder de suas formações como pontos nodais dessa estrutura, de modo que “a rede global de cidades é o exoesqueleto material da globalização e seus nós são os centros de comando para a governança de vários fluxos globais” (Curtis, 2016, p. 5).

3. Países BRICS e a Função das Cidades

Como visto na seção anterior, durante a década de 1990, as dinâmicas internacionais sofreram mudanças profundas. Para Hurrell (2009), duas destas alterações merecem ser destacadas: o aumento expressivo dos fluxos internacionais, seja ele financeiro, produtivo ou ideológico e o estabelecimento de uma atuação unilateral por parte dos Estados Unidos, que após o fim da Guerra Fria, se tornou potência mundial com grande capacidade normativa-institucional.

Já na década seguinte, é possível perceber que tanto o aumento do fluxo financeiro entre os países quanto à atuação hegemônica e unipolar dos Estados Unidos propiciaram condições – mesmo que por razões distintas – à formação de novas coalisões internacionais, como o BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Este agrupamento, como referência, elucida a nova conjuntura de poder que se estabelecia a partir do século XXI, assim como os estímulos percebidos à multipolaridade no sistema internacional e a ampliação de investimentos externos diretos (IED) de países desenvolvidos aos emergentes do Sul Global.

De acordo com Hurrell (2009, p. 12), o grupo de países que formam os BRICS, contrabalançando a ordem ocidental liberal estabelecida, dispunha de recursos suficientes para contribuir com a gestão da ordem internacional – população, economia, reservas naturais e tecnologia, entre outros –, ao mesmo tempo em que seus membros compartilham a crença de que possuem direito a um papel mais influente na formação e na discussão da agenda internacional. Além disso, estes países se encontram fora ou às margens desta formação, ao defenderem concepções de ordem internacional que desafiam as do ocidente liberal e do mundo desenvolvido.

Flemes (2010, p. 143) embarca nesta reflexão, ao introduzir o conceito de *soft-balancing*, caracterizado pela capacidade de alguns países emergentes competirem com potências dominantes por vias não militares ou em conflitos tradicionais. Este raciocínio reforça, portanto, o pensamento de que a estratégia de *hard-balancing*, baseada em alianças militares, não seria a mais adequada e, que países, como os dos BRICS, viam-se em condições de alcançar seus objetivos via estratégias institucionais, como as fundamentadas na formação de coalizões e de cooperações Sul-Sul.

Ao analisar o fenômeno BRICS, Stuenkel (2017, p. 21) ressalta os movimentos de transferência de poder no sistema internacional, especialmente após a crise financeira de 2008, ao identifi-

car um aumento no potencial de barganha dos países emergentes, os quais permaneceram em relativa estabilidade econômica enquanto os países desenvolvidos são mais impactados com os fortes efeitos da crise. Dessa forma, é possível notar uma lacuna de legitimidade na ordem financeira internacional regida pelos países ocidentais (Stuenkel, 2017, p. 25).

Quando o acrônimo BRICs foi cunhado, por Jim O'Neill, em 2001, as referências de análise se restringiam a um conjunto de fatores econômicos, como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), comércio e oportunidades de investimento. No entanto, a arena política logo foi incorporada nas agendas dos países do grupo, evidenciando a capacidade de articulação em torno de estratégias e objetivos comuns, suficientes para influenciar a ordem internacional em diversas vertentes.

A sinergia apresentada pelos membros do grupo resultou na fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e no Acordo Contingente de Reservas (ACR). Enquanto o NDB visa mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes, o ACR, busca proteger as economias destes países de possíveis crises e pressões de liquidez, estabelecendo um instrumento para garantir a estabilidade financeira. Stuenkel (2017, p. 156) acredita que essas instituições podem ser consideradas a representação de uma nova arquitetura financeira, respaldada pela ruptura com o modelo ocidental tradicional do século XX e correspondentes ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional.

A cooperação intra-BRICs, além de prosperar, por meio da articulação direta entre os governos centrais dos países acordados, passa também a sedimentar laços entre esferas subnacionais de governo em áreas como comércio, tecnologia, cultura e sustentabilidade. Essa cooperação tem-se reafirmado por meio de fóruns constituídos organizados por diferentes níveis de administração pública destes países, como o Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais e o Fórum de Urbanização do BRICS, os quais revelam tendências de empoderamento internacional de atores subnacionais.

Diante da aproximação entre os cinco países, da diversidade de setores envolvidos e, principalmente, da possibilidade de descentralização das conexões entre governos é que Veloso e Bocayuva (2012) introduzem o termo Cidades-BRICs, cujo propósito se centra em investigar a forma com que as cidades dos países do agrupamento se relacionam com a globalização, mediante suas equivalências e peculiaridades. Para isso, os autores (2012, p. 64) partem da premissa de que muitos destes centros urbanos são "megacidades com atributos de cidades globais e, devido a essa combinação, situam-se como vetores decisivos para a consolidação de novos protagonismos exercidos na globalização".

A correlação entre megacidade, cidades globais e globalização perpassa nitidamente por três temáticas interligadas à própria função da cidade: a da atratividade de capital, a da mobilidade social e a do direito à cidade. A atratividade de capital, conforme defendem Veloso e Jobim (2013, p. 57), associa-se à estratégia de *city-marketing*, que pode ser entendida como esforços para garantir que as cidades se tornem destinos atraentes para fluxos de capital de várias partes do planeta. Dessa forma, as parcerias entre instituições públicas e privadas se apresentam como "mecanismos de transformação espacial, cujo resultado é o fortalecimento das capacidades produtivas do território dentro da lógica da acumulação flexível própria do momento do capitalismo".

Neste sentido, apostar na organização de megaeventos simbolizou ponto de convergência entre Cidades-BRICS. Em 2007, o Rio de Janeiro sediou os Jogos Pan-Americanos; em 2008, os Jogos Olímpicos ocorreram na cidade de Pequim; em 2010, os Jogos da *Commonwealth* ocorreram em Délhi; no mesmo ano, a Copa do Mundo foi sediada por cidades sul-africanas; o mesmo ocorreu em 2014, sendo o Brasil sede da Copa do Mundo; em 2016, foi a vez do Rio de Janeiro sediar os Jogos Olímpicos e; em 2018, mais uma Copa do Mundo de futebol realizada em um país BRICS, desta vez na Rússia (Xavier, 2015).

A percepção das Cidades-BRICS como pontos nodais da rede global de investimentos externos, conforme proposto por Figueiredo e Wall (2013, p. 63), relaciona-se com a agenda de atração de capital, uma vez que os territórios fixos são transformados em vetores dinâmicos e competitivos. Neste sentido, a nova hierarquia global de cidades, de acordo com Friedman (1986, *apud* Figueiredo, Wall, 2013, p. 66), determina que "o nível de desenvolvimento de uma cidade depende de seu grau de integração e conectividade às outras em uma rede urbana".

Após a inserção da variável atratividade de capital no âmbito das Cidades-BRICS, investiga-se questões atinentes à mobilidade social que, segundo Veloso (2014), gerencia os antagonismos existentes entre a agenda de atração de investimentos e a agenda do direito à cidade. Conforme o autor (2014, p. 7), "enquanto a agenda de atração de capital busca promover a mobilidade social através da lógica do consumo, a agenda do direito à cidade nos oferece uma noção de mobilidade social incorporada na lógica da cidadania".

A questão da mobilidade social, a partir da relação com a pauta da atração de capital, pode ser entendida como transformações socioespaciais urbanas que tornam as cidades atraentes e competitivas, tornando-se principais destinos do fluxo de capital global. Dessa forma, os elementos garantidores dessa mobilidade são os fatores locais, como mão-de-obra qualificada e, principalmente, uma população com alto poder de consumo. Com isso, o espaço urbano se torna uma plataforma que visa a produtividade e deve fornecer ambiente favorável aos investimentos. Nestas circunstân-

cias, as pessoas são percebidas apenas como trabalhadores e consumidores e a elevação do consumo “é a chave para reduzir a desigualdade social” (Veloso, 2014, p. 8).

Veloso (2014, p. 8) demonstra, entretanto, que a redução da desigualdade pelo aumento do consumo não é real, uma vez que o mercado é baseado na desigualdade, na estratificação e na segregação. Dessa maneira, o desenvolvimento urbano guiado apenas pela lógica da competitividade e do consumo produz mobilidade sem reduzir a desigualdade social, certamente um dos maiores desafios das Cidades-BRICS.

Nesta direção, Veloso (2014) introduz o conceito de direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre ao pensar nas transformações urbanas na França da década de 1960. Este conceito pode ser utilizado para explicar períodos de crise, mas também momentos de transformação do espaço urbano. A ideia é a promoção de um espaço urbano onde “todos os cidadãos tenham o direito de participar ativamente dos processos de tomada de decisão, além de ter acesso universal aos recursos e estruturas da cidade” (Veloso, 2014, p. 9). Nesta perspectiva, as pessoas no espaço urbano são percebidas como cidadãos, e não como meros consumidores, de modo que esta agenda pode ser um instrumento indutor da mobilidade social, ao mesmo tempo em que promove a redução da desigualdade social.

4. Mecanismos de Cooperação entre as Cidades-BRICS

Após as considerações sobre a cooperação internacional no âmbito BRICS e sobre os avanços na investigação acerca de suas cidades, tornou-se possível mapear os esforços dos atores subnacionais para se estabelecerem relações externas. Nesse sentido, buscou-se investigar, compreender e descrever os esforços das Cidades-BRICS, entre 2008 e 2018, para que, a partir da trajetória institucional estabelecida pelos mecanismos de cooperação, criados pelas cidades, fosse possível aprofundar-se nos interesses que moveram os participantes, bem como nos seus níveis de interação, a variedade de temas explorados e os resultados gerados.

A aproximação e a parceria das cidades do BRICS se iniciou em 2008, com a assinatura de um acordo entre os representantes das cidades de Rio de Janeiro, São Petersburgo, Mumbai e Qingdao, ainda sem o envolvimento da África do Sul, que somente passou a fazer parte em 2010, com Durban. A formalização da Iniciativa Qingdao somente ocorreu no dia 18 de maio de 2011, no I Encontro das Cidades Parceiras do BRIC, e demonstrou a disposição dos países em estabelecer a troca de informações a partir de uma plataforma compartilhada no âmbito das cidades. Este esforço inicial resultou na primeira ação concreta, que foi a inauguração da Praça das Cidades-Parceiras BRIC no distrito de Huangdao (Stuenkel, 2013; Souza, Werneck, 2011; Yanrong, Chuanjiao, 2011).

Após estes primeiros movimentos, diversos fóruns foram registrados, entre 2011 e 2018, com diferentes finalidades e temáticas. Como se pode observar no Quadro 1, ao todo foram realizados dez encontros entre cidades e governos locais, com o intuito de formar e fortalecer mecanismos de cooperação nas áreas de urbanização, educação, ciência, tecnologia, inovação, infraestrutura, esportes, desenvolvimento comunitário, meio ambiente, cultura, saúde e migração.

Quadro 1 – Encontros das Cidades-BRICS ao longo do tempo.

ANO	CIDADE E PAÍS	ENCONTROS	OBJETIVOS
2011	Qingdao, China	I Encontro das Cidades Parceiras dos BRICS	Criação de canal de comunicação, fortalecendo trocas amigáveis entre as cidades em questões de cultura, educação, ciência e tecnologia e esportes.
2011	Sanya, China	I Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS	Fortalecimento da cooperação nos campos de parcerias entre governos locais, incluindo infraestrutura, iniciativas de desenvolvimento comunitário, assentamentos humanos, economia verde, programas de intercâmbio educacional, cultura, cidades irmãs e a transferência de tecnologias.
2013	Mumbai, Índia	II Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS	Informações referentes aos objetivos não foram encontradas.
2013	Nova Delhi, Índia	I Fórum de Urbanização do BRICS	Desafios urbanos relacionados à segurança alimentar, redução da pobreza, migração urbano-rural, gestão de água e resíduos, saúde pública e saneamento.
2013	Durban, África do Sul	III Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS II Fórum de Urbanização do BRICS	Coordenar esforços para aprender com as melhores práticas e acessar as tecnologias disponíveis para gerenciar e planejar melhor a rápida taxa de urbanização nos países parceiros do BRICS.
2015	São Petersburgo, Rússia	IV Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS	Não foram encontradas informações relativas ao objetivo, mas em um discurso do representante da África do Sul, ele demonstra o papel estratégico das cidades e dos líderes locais em fortalecer os objetivos do BRICS.
2016	Mumbai, Índia	Conclave das Cidades Amigas do BRICS	Discutir a aspiração de megapolis de se tornar um centro financeiro global, além de desenvolver a ideia de promover maior cooperação e contato pessoal entre as nações do BRICS, impulsionada por uma agenda de desenvolvimento global, para enfrentar os desafios da urbanização.

2016	Visakhapatnam, Índia	V Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS III Fórum de Urbanização do BRICS	Debater a transição e os desafios enfrentados na urbanização; além de abordar questões como mudança climática, gestão de saneamento, cidades inteligentes, financiamento de infraestrutura urbana e moradias inclusivas, aumento da produtividade e oportunidades de emprego.
2017	Chengdu, China	VI Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS	Abordar a internacionalização urbana e intercâmbio educacional a partir do tema “Desenvolvimento interconectado, inovação conjunta e benefícios compartilhados”.
2018	Buffalo City, África do Sul	VII Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS	Construir cidades sustentáveis e inclusivas por meio de inovação e parcerias

Fonte: Elaboração dos autores, com base em: China (2011; 2017), CNM (2016), Durban Declaration (2013), Índia (2016), Mumbai First (2016) e South Africa (2018).

Para se dar profundidade à abordagem, elegem-se seis destes encontros para compor o quadro de análise: o fórum de Sanya, na China, em 2011; os dois fóruns de Durban, na África do Sul, em 2013 e; outros três eventos, na Índia, em 2016, nas cidades de Mumbai e Visakhapatnam. O principal critério para escolha dos encontros foi o da disponibilidade de informações e publicidade de relatórios e documentos.

O primeiro Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS aconteceu em Sanya, na China, em 2011. Segundo a declaração final, o fórum foi fundamentado nos princípios de abertura, solidariedade e respeito mútuo entre as cidades-BRICS (China, 2011). Com o tema “Ampliar Perspectivas, Compartilhar Prosperidade, Desenvolver Cidades Irmãs e Promover Cooperação”, a iniciativa buscou fortalecer o diálogo e da cooperação entre governos subnacionais em diversos setores, como infraestrutura, iniciativas de desenvolvimento comunitário, assentamentos humanos, economia verde, programas de intercâmbio educacional, cultura, cidades irmãs e transferência de tecnologias apropriadas. A ideia era compartilhar as experiências comuns e desenvolver as melhores práticas para lidar com os desafios da urbanização.

O fórum recebeu mais de 300 delegados dos cinco países BRICS e foi estruturado com base em cinco temas principais: Segurança Alimentar, Crise Financeira, Desenvolvimento Urbano e Proteção Ambiental e de Baixo Carbono, Estratégia Energética e Comunicação Intercultural. Além disso, o fórum permitiu que as cidades dos países BRICS “encontrassem parcerias para estabelecerem laços mais estreitos e relações de cidades irmãs, responsáveis por implementar as decisões tomadas pelos governos centrais” (China, 2011, n.p.).

No ano de 2013, dois outros fóruns ocorreram, unificados, em Durban, África do Sul: o III Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS e o II Fórum de Urbanização do BRICS. Um dos pontos destacados pela declaração final dos eventos foi a necessidade de reconhecer os *stake-holders*, como organizações governamentais, organizações entre cidades, setores privados, associações de empresas e organizações da sociedade civil como atores relevantes na formulação de projetos cooperativos e de políticas públicas (Durban Declaration, 2013).

Já em 2016, o Conclave das Cidades Amigas do BRICS aconteceu em Mumbai, na Índia. No mesmo ano, o Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS e o Fórum de Urbanização do BRICS também ocorreram no mesmo país, na cidade de Visakhapatnam. O Conclave pode ser entendido como um evento mais acadêmico e teórico, que teve como objetivo oferecer oportunidades para compartilhar os pensamentos mais recentes de especialistas e líderes abordando os desafios da urbanização na agenda de desenvolvimento global (Mumbai First, 2016).

Nas discussões dos Fóruns de Urbanização e das Cidades Irmãs foram apresentadas questões como

mecanismos inovadores de financiamento da estrutura urbana, desafios e avanços recentes dos países na provisão de moradia e obras de urbanização em áreas informais, as denominadas favelas, além de questões de saneamento básico e das ações de prevenção às mudanças climáticas (CNM, 2016, n.p.).

Abordando a “Transição urbana no BRICS”, o objetivo principal do evento era garantir que os principais problemas da urbanização fossem colocados na agenda global dos países membros do BRICS. Para isso, os governos subnacionais buscaram compartilhar subsídios na preparação para a Conferência Habitat III, que aconteceu, no mês seguinte, em Quito, Equador, e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (India, 2016).

Analisando a trajetória institucional estabelecida por estes mecanismos de cooperação das cidades, é possível perceber que eles possuem objetivos similares. Os fóruns visam reunir líderes locais, especialistas e atores relacionados à questão das cidades para promoverem um diálogo conjunto sobre os desafios comuns das Cidades-BRICS e importantes instrumentos de cooperação entre as cidades, de maneira a promover o desenvolvimento mútuo (Souza, Werneck, 2011).

Alguns analistas, no entanto, percebem ainda uma falta de autonomia de líderes subnacionais nos países BRICS, uma vez que eles dependem de recursos nacionais para cobrir despesas locais (Keith, 2016). Apesar desses líderes não terem a autonomia ideal para realizar ações internacionais e projetos mais abrangentes, é possível perceber os eventos de Cidades-BRICS como instrumentos que podem proporcionar avanços em direção a esta pauta, de modo que o fortalecimento de

mecanismos de cooperação entre as cidades possa constituir um canal potencializador de desenvolvimento.

De posse das declarações disponíveis, é possível sistematizar os principais temas tratados na agenda das Cidades-BRICS. O Quadro 2 revela a segmentação de três áreas distintas de atividades: urbanização, finanças e meio ambiente.

Quadro 2 – Temas principais abordados na agenda das Cidades-BRICS

URBANIZAÇÃO	FINANÇAS	MEIO-AMBIENTE
Desenvolvimento Urbano	Crise Financeira	Proteção Ambiental e Mudanças Climáticas
Intercâmbio Cultural	Economia Verde	Energias Renováveis
Infraestrutura Urbana	Redes de Informação	Prevenção de Desastres
Assentamentos Humanos	Transferência de Tecnologia	Gerenciamento de Água e Saneamento
Habitação Inclusiva	Investimento	Segurança Alimentar

Fonte: Elaboração dos autores, com base em China (2011 e 201), CNM (2016), Durban Declaration (2013), Índia (2016), Mumbai First (2016) e South Africa (2018).

Os temas do Quadro demonstram o interesse e o compromisso das Cidades-BRICS em explorar, prioritariamente, questões da esfera do *soft power*, além de revelar ciência aos problemas abordadas por agências internacionais de desenvolvimento e sustentabilidade como o Habitat III e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Tanto na agenda Habitat quando nos ODS – mais especificamente em seu objetivo 11 –, os conceitos de direito à cidade, planejamento urbano participativo e democracia são imperativos aos desafios de construção de cidades inclusivas e sustentáveis.

Estes pareceres podem ser percebidos de maneira expressa em um fragmento da declaração de 2018, do Fórum das Cidades Amigas e Cooperação entre Governos Subnacionais do BRICS, que reafirma o compromisso conjunto de implementar efetivamente em nossos contextos localizados, a Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (South Africa, 2018)

Dessa maneira, é possível perceber que os esforços em direção ao estabelecimento de mecanismos de cooperação entre as Cidades-BRICS e a consequente constituição de uma agenda comum são fenômenos característicos das análises das Redes de Cidades. Essas iniciativas buscam a construção de soluções conjuntas para desafios comuns, com o principal foco de buscar desenvolvimento local, a partir de esforços de cooperação e descobertas de elementos de sinergia entre as cidades.

Considerações Finais

A relevância das cidades ao longo da história foi analisada a partir de uma ótica interdisciplinar, a fim de construir uma perspectiva abrangente sobre o papel das cidades em fenômenos globais. Esta concepção fica evidente a partir da análise da Globalização e seus efeitos nas cidades, as quais recebem a função de pontos nodais da economia global, constituída por uma rede de atores que dinamizam fluxos e processos internacionais. As categorias de Cidade Global e Megacidade traduzem as características e as funções destes pontos nodais da economia global.

Dessa forma, uma análise histórica das cidades possibilita observar estes espaços como palcos de transformações políticas, econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que são percebidas como atores internacionais que contribuem para mudanças globais, a partir das iniciativas em rede, por exemplo.

O surgimento do agrupamento BRICS também pode ser considerado produto das transformações sucedidas da globalização. A categoria de análise Cidades-BRICS permite conciliar a investigação acerca dos fenômenos da globalização, incidindo sob potências emergentes, além de permitir uma análise das dinâmicas urbanas e globais desses países.

A partir da investigação sobre as iniciativas em direção à cooperação entre as Cidades-BRICS, é importante destacar o intuito destes esforços em garantir que os principais problemas locais da urbanização sejam inseridos na agenda global e nacional dos países membros do BRICS. Os mecanismos de cooperação, portanto, podem ser entendidos como instrumentos para garantir que a agenda local seja aplicada nas discussões, para que a voz dos demais entes federativos não seja silenciada. Dessa forma, é preciso reconhecer as vozes das cidades como expressão fundamental para o processo do BRICS de contribuir para uma nova ordem mundial, que lida com a urbanização de maneira a levar ao crescimento econômico, à sustentabilidade ambiental e o direito à cidade.

Conforme visto, a aproximação dos líderes das Cidades-BRICS contribui para o estabelecimento de redes internacionais de cidades, com a configuração de países emergentes com características e desafios comuns, que facilitam a cooperação, o intercâmbio de informações e a coordenação de esforços conjuntos, a fim de concretizar objetivos de desenvolvimento local.

Nesse sentido, é possível perceber a relação entre a esfera local e as dinâmicas globais, demonstrando que ambos os espaços dialogam e interagem entre si, fazendo com que um contribua para a constituição do outro. Ao mesmo tempo que desafios locais possibilitam debates globais e diálogos entre as Cidades-BRICS, por meio dos mecanismos de cooperação em forma de Rede de Cidades, há também efeitos da globalização que incidem sobre as dinâmicas locais. Portanto, desta-

ca-se a importância de investigar os processos da história contemporânea a partir de uma ótica que perceba as fortes ligações que afetam as esferas globais e locais.

Referências

BOCAYUVA, P. C. C., VELOSO, S. (2012) Cidades-BRICS e o fenômeno urbano global. **Carta Internacional**, 6 (2): 55-75.

BOCAYUVA, Pedro C. C.; VELOSO, Sérgio; SILVA, Monise R. V. (2012) Cidades BRICS. **Policy Brief**. Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisa BRICS.

BUGLIARELLO, George. (1999) **Megacities and the Developing World**. **Urban and Engineering**. 29 (4).

CAPELLO, Roberta. (2000) The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. **Urban Studies**, SAGE Publications, 37 (11): 1925–1945.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. (1996) As Cidades como atores políticos. **Novos Estudos**. **CEBRAP**, 45: 152-166.

CHINA (2011). **Primeiro Fórum de Cooperação entre Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS é aberto no sul da China**, publicado em [<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t883788.htm>]. Disponibilidade: 06/11/2019.

CHINA (2017). **2017 BRICS Friendship Cities and Local Governments Cooperation Forum Successfully Held**, publicado em [<http://en.cpaffc.org.cn/content/details15-49675.html>]. Disponibilidade: 28/10/2019.

CHINA (2011). **The First BRICS Friendship Cities and Local Governments Cooperation Forum Successfully Held**, publicado em [<http://en.zghuizhixin.com/content/details15-49674.html>]. Disponibilidade: 06/11/2019.

COHEN, Benjamin. (2008) **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton University Press.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM) (2016). **CNM representa Municípios no 3º Fórum de Urbanização dos Países BRICS**, publicado em [Cnm.org.br \[https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-representa-municipios-no-3-forum-de-urbanizacao-dos-paises-brics\]](https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-representa-municipios-no-3-forum-de-urbanizacao-dos-paises-brics). Disponibilidade: 09/11/2019.

COX, Robert. (1992) **Globalization, Multilateralism, and Democracy**.

CURTIS, Simon. (2016) Cities and Global Governance: State Failure or a New Global Order? **Millennium: Journal of International Studies**, 44 (3): 455–477.

DANTAS, Mariana; HART, Emma. (2020) **O Urbano e o Global na Era Moderna em uma Perspectiva Comparativa**. Almanack, Guarulhos, 24.

DURBAN DECLARATION (2013). **Friendship Cities and Local Government Cooperation Forum**. Global Summitry Project.

FIGUEIREDO, Carolina Vilela, WALL, Ronald. (2013) Cidades-BRICS competitividade: uma leitura da competitividade das principais cidades-BRICS através da rede urbana de investimentos estrangeiros diretos. In VELOSO, Sérgio. **As Cidades e os BRICS** – BRICS Policy Center.

FLEMES Daniel. (2010) O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. 53 (1): 141-156.

FRANCO JR, Hilário. (2001) **A Idade Média: O Nascimento do Ocidente** - 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense.

FUNARI, Pedro P. (2002) **Grécia e Roma. Repensando a História**. São Paulo: Contexto.

HARVEY, David (2005) **A Produção Capitalista do Espaço**. Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio.

HURRELL, Andrew. (2009) **Os Brics e a Ordem Global**. FGV Editora.

INDIA (2016). **Leaders of BRICS countries to discuss urban transition in emerging smart city of Visakhapatnam**, publicado em [<https://pib.gov.in/newsite/PrintRelease.aspx?relid=149720>]. Disponibilidade:10/11/2019.

KEITH, Michael. (2016) **Building the BRICs: How can developing countries plan the cities of the future?** City Metric, publicado em [<https://www.citymetric.com/politics/building-brics-how-can-developing-countries-plan-cities-future-2556>]. Disponibilidade: 01/11/2019.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. (1988) **Power and Interdependence**. 3º Edição, Editora Longman Classics.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. (1977) Transnational Relations and World Politics: an Introduction. International Organization. **Transnational Relations and World Politics**. 25 (3): 329-349.

LEFEBVRE, Henry. (2002) **A Revolução Urbana**. Editora UFMG. Belo Horizonte.

MUMBAI FIRST (2016). **BRICS Friendship Cities Conclave 2016**, publicado em [<https://mumbaifirst.org/brics-friendship-cities-conclave-2016/>]. Disponibilidade: 09/11/2019.

PINTO, Fabiana R. D. (2011) **Rede Mercocidades na Cooperação Descentralizada: Limites e Potencialidades**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Orientador: Luiz Eduardo Waldemar Wanderley).

PLATÃO (2001). **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Milton. (2002) **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

- SARFATI, Gilberto. (2005) **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva.
- SASSEN, Saskia. (1991) **The Global City: New York, London and Tokyo**. Princeton University Press.
- SATO, Eiiti. (2000) A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, 43 (1):138-169.
- SOUTH AFRICA (2018). **Declaration: BRICS Local Friendship Cities, Local Government and Urbanisation Forum 2018**. África do Sul, publicado em [<http://www.cogta.gov.za/?p=4580>]. Disponibilidade: 28/10/2019.
- SOUZA, Natália M. F.; WERNECK, Mariana. (2011) **Mecanismos de Cooperação entre Cidades no âmbito dos BRICS**. BRICS Monitor, BRICS-Urbe, BRICS Policy Center, IRI - PUC RIO.
- STUENKEL, Oliver. (2013) **A tale of five BRICS sister cities**, publicado em Post-Western World [<https://www.postwesternworld.com/2013/06/09/a-tale-of-five-brics-sister-cities/>]. Disponibilidade: 18/10/2019.
- STUENKEL, Oliver. (2017) **BRICS: o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- TAYLOR, Peter J. (2001) Specification of the World City Network. **Geographical Analysis**, 33 (2), Ohio State University, April.
- UN-Habitat (2011). **Cities and Climate Change: Global report on Human Settlements**, publicado em [<https://unhabitat.org>]. Disponibilidade: 29/11/2020.
- UNITED NATIONS (UN). (2018). **Revision of World Urbanization Prospects**. Department of Economic and Social Affairs.
- VELOSO, Sérgio, JOBIM, André. (2013) Parceria Público-Privada e a agenda de atratividades de capital nas cidades-BRICS. In VELOSO, Sérgio. **As Cidades e os BRICS** – BRICS Policy Center
- VELOSO, Sérgio. (2014) **Cidades-BRICS e a questão da mobilidade social: atração do capital e o direito à cidade**. BPC Policy Brief, 4 (8), março.
- XAVIER, Renato. (2015) **Os megaeventos esportivos, sua força e seu legado**, publicado em: [<https://neai-unesp.org/os-megaeventos-esportivos-sua-forca-e-seu-legado/>]. Disponibilidade: 01/11/ 2019.
- YANRONG, Zhao, CHUANJIAO, Xie. (2011) **BRIC cities agree to boost cooperation**, publicado em Chinadaily.com.cn [http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2011-05/19/content_12537012.htm]. Disponibilidade: 29/10/2019.